

O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil

Adriane Vieira Ferrarini*

Luiz Inácio Gaiger**

Valmor Schiochet***

RESUMO

A profusão de empreendimentos econômicos solidários no Brasil ensejou expressivos debates acadêmicos e justificou a criação de um Grupo de Trabalho (GT) intitulado *Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva* no Congresso Brasileiro de Sociologia. O presente texto visa apresentar o estado da arte da economia solidária e prospectar a agenda de pesquisa sobre o tema. Para tanto, inicialmente se situará a emergência e as características da economia solidária. Posteriormente, será discutida a integração da economia solidária ao campo acadêmico e sua constituição como objeto científico. Por fim, serão abordados os trabalhos do GT e sua contribuição ao tema e à sociologia brasileira, concluindo com a agenda de pesquisa que se delinea para os estudos sobre a economia solidária e práticas sociais emergentes.

Palavras-chave: economia solidária; estado da arte; pesquisa

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS (2008), com doutorado sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2005). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, RS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa / diretório CNPq.

** Doutor em Sociologia pela Université Catholique de Louvain (1986-1991), docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS) e Bolsista de Produtividade do CNPq. Com o prof. José Luis Coraggio (UNGS/Argentina), coordena a Rede de Investigadores Latino-Americanos de Sociologia Social e Solidária – RILESS, sendo co-diretor da revista *Otra Economía*.

*** Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1998). Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional, ligado ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Fundação Universidade Regional de Blumenau. Foi Secretário Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico em Blumenau/SC (1997-1998) e Diretor de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego (2003-2007).

ABSTRACT

THE STATE OF THE ART AND THE RESEARCH AGENDA IN SOLIDARITY ECONOMY IN BRAZIL

The profusion of solidarity-based economic enterprises in Brazil led to significant academic debates and justified the creation of a Working Group entitled *Social and Solidarity Economy: alternatives for work, participation and collective mobilization* at the Brazilian Congress of Sociology. The present text aims to present the state of the art of solidarity economy and to prospect the research agenda on the theme. For this, the emergence and characteristics of the solidarity economy will initially be situated. Subsequently, the integration of solidarity economy into the academic field and its constitution as a scientific object will be discussed. Finally, the work of the Working Group and its contribution to the theme and Brazilian sociology will be approached, concluding with the research agenda that is outlined for studies on solidarity economy and on emerging social practices.

Keywords: solidarity economy, state of art; research

Introdução

Ao longo dos anos 1990, uma série de eventos reuniu ativistas e estudiosos interessados em um novo campo de práticas sociais, de contornos ainda indefinidos e, não obstante, considerado promissor. Tratava-se, em linhas gerais, de um conjunto diverso de iniciativas econômicas de trabalhadores, consumidores e usuários, assentes no estreitamento de vínculos, na partilha de interesses e valores e, sobretudo, em uma aposta por vezes intemorata no agir coletivo, com base na adesão voluntária, em processos participativos e em critério de equidade. Nesses encontros, que se multiplicaram naquela década e ganharam irradiação internacional por ocasião das primeiras edições do Fórum Social Mundial¹, o termo *economia solidária* - inicialmente impreciso, mas a seguir convertido em objeto de discussões políticas e de tratamento teórico e conceitual - foi adotado paulatinamente para designar aquelas experiências e demarcar sua principal característica: a conjunção da economia com a solidariedade. Desse processo o campo sociológico não es-

1 As três primeiras edições do Fórum Social Mundial ocorreram em Porto Alegre, respectivamente em 2001, 2002, 2003, assim como a quinta, em 2005. O Fórum retornou ao Brasil em 2009, em Belém do Pará.

teve alheio, pois as ditas práticas foram, entre outros, tema de mesa-redonda e de trabalhos no VII Congresso Brasileiro de Sociologia (2005, Rio de Janeiro), destacando-se também em encontros subsequentes, entre os quais o X Congresso da SBS (2001, Fortaleza), cujo eixo principal foi, sugestivamente, *Sociedade e Cidadania: Novas Utopias*.

A produção científica sobre o tema expandiu-se gradativamente em várias disciplinas e áreas de conhecimento. A notória multiplicação de experiências associadas à economia solidária bem como o interesse progressivo em investigar os fatores de sua emergência, as suas características peculiares e as suas condições de desenvolvimento despertaram a atenção de acadêmicos em formação e de pesquisadores experientes. Conformou-se um novo campo de pesquisas, comportando desde o início enfoques distintos (LECHAT, 2004), passíveis de análise quanto às suas orientações temáticas e metodológicas (GAIGER, 2012; 2013a) e igualmente quanto aos desafios postos a seu desenvolvimento (GAIGER, 2014). Na sociologia, um dos seus reflexos institucionais foi a criação de um grupo de trabalho nos congressos bianuais da Sociedade Brasileira de Sociologia, atuante em cinco edições desde 2009 com o título *Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva*, de cuja coordenação tomam (ou tomaram) parte os autores desse artigo.

O volume de trabalhos sociológicos e de áreas afins sobre a economia solidária ultrapassa em grande medida o que se poderia cotejar e avaliar em um esforço de síntese e avaliação como esse, fato que nos obriga a priorizar algumas tarefas e questões. Em primeiro lugar, parece-nos indispensável situar brevemente o processo de emergência da economia solidária e sublinhar algumas de suas características. A seguir, nosso objetivo será delinear a integração da economia solidária ao campo acadêmico e sua constituição como objeto científico. Destacaremos algumas contendas que se estabeleceram inicialmente, mais por força de apriorismos do que por revelações de estudos empíricos, então incipientes, com o propósito de ressaltar determinados aspectos do campo, sem a pretensão de estabelecer balanços do estado da arte ou resolver controvérsias e impasses. Na terceira seção, trataremos dos trabalhos veiculados no Grupo de Trabalho da SBS e de sua contribuição ao tema e à sociologia brasileira. Antecedendo breves considerações finais, essa seção será também dedicada à agenda de pesquisa, a questões de natureza teórica e metodológica pertinentes aos estudos sobre a economia solidária e às práticas sociais emergentes.

A gênese da economia solidária

As práticas sociais vinculadas à economia solidária desde os anos 1990 originaram-se em larga medida de experiências já encontradas na década anterior, constituindo-se como suas vertentes mais próximas. Entre elas, destacamos um rol incontável de associações vinculadas à agricultura familiar e de projetos comunitários estimulados por pastorais sociais (CÁRI-TAS, 1995), sindicatos, ONGs e projetos de educação popular (GADOTTI; GUTIÉRREZ, 1993). Ao mesmo tempo, em periferias urbanas observou-se um estilo análogo de organização comunitária, com a promoção de pequenos projetos econômicos de acesso ao crédito, a exemplo dos bancos da mulher, ou de geração de renda, através de atividades produtivas e da prestação de serviços. Em paralelo, ganharam projeção os modelos de organização induzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em assentamentos da reforma agrária, enquanto multiplicavam-se processos de recuperação pelos trabalhadores de plantas industriais de empresas falidas, ocasionando o fenômeno das empresas recuperadas. O suporte oferecido por universidades, ONGs e órgãos públicos, por sua vez, contribuiu para uma nova geração de cooperativas, populares e solidárias (RECH, 1995) que, somadas à ampla gama de associações e de empreendimentos informais, formaram os três pilares principais da economia solidária. Suas expressões concretas permanecem bastante variadas, compreendendo pequenas unidades produtivas, associações de beneficiamento ou apoio à produção familiar, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, cooperativas de trabalho, de comercialização e de consumidores ou usuários de serviços de saúde, educação etc., iniciativas de comércio justo, finanças solidárias, clubes de troca etc.².

Dessa história, há inúmeros relatos, estudos e publicações, além dos anais dos principais eventos e, a partir da organização e oficialização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) em 2003, das atas de grandes conferências nacionais. Ressalte-se que a colaboração entre o FBES, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, instituída em 2003) e inúmeras entidades propiciou o lançamento de dezenas de programas de fomento à

2 Para uma visão panorâmica, ampla e relativamente atual, ver Gaiger et al., 2014.

economia solidária, assim como de estudos e pesquisas³. Isto viabilizou a realização de dois grandes levantamentos nacionais dos empreendimentos solidários, ou *mapeamentos*, gerando dados cuja análise permitiu inquirir os fatores e circunstâncias favoráveis à sua emergência bem como caracterizar tais experiências.

Assim, conclusões da primeira pesquisa nacional sobre a economia solidária (GAIGER, 2004) foram rediscutidas à luz dos dados dos mapeamentos (GAIGER et al., 2014), enquanto estudos sucessivos dedicaram-se a aprofundar aspectos centrais e controversos, como a natureza do ato associativo (PINTO, 2006), a prática da autogestão (FARIA, 2001), a viabilidade de redes e cadeias solidárias (PARREIRAS, 2007), o papel do Estado (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006; CUNHA, 2011) e, por fim, o caráter transformador da economia solidária (SCHMIDT; NOVAES, 2013). No mesmo compasso, estudiosos do tema passaram a organizar obras coletivas (SINGER; SOUZA, 2000) ou a colaborar com coletâneas internacionais (SANTOS, 2002), em que se procuravam inventariar tais experiências e discutir seu sentido e possibilidades históricas.

Já o *conceito* de economia solidária - embora o termo seja nativo da realidade latino-americana e, nesse contexto, provenha dos atores sociais engajados em tais práticas (GAIGER, FERRARINI; VERONESE, 2015) - nasceu da confluência entre estudiosos de diferentes países, dado que fenômenos similares eram observados ao Sul e ao Norte, com apreensões e desenvolvimentos teóricos convergentes⁴. Esse diálogo propiciou inúmeros eventos acadêmicos, relevantes estudos comparativos e trabalhos em coautoria, cujo maior emblema é o *Dicionário Internacional da Outra Economia* (CATTANI et al., 2009), editado em vários países e idiomas. À luz da empiria em análise e conforme os enfoques interpretativos adotados, a economia solidária

3 Inclusive com o concurso das agências nacionais de fomento à pesquisa, cujo último exemplo é a Chamada CNPq-MTE/SENAES 27/2017, direcionada a estudos e ao aprimoramento da incubação de empreendimentos econômicos solidários. O fato da SENAES se haver estruturado desde o início com um Departamento de Estudos e Divulgação foi decisivo para manter uma sinergia constante com o mundo acadêmico e com as principais instituições de amparo à pesquisa (SCHIOCHET, 2009).

4 Não dispomos de espaço aqui para abordar adequadamente as diferenças e similaridades entre designações vizinhas, como *economia social* ou *economia social e solidária*, usuais ao Norte e em alguns países do Sul. Sobre o uso de tais denominações na experiência europeia, ver Nyssens e Defourny, 2017; uma discussão a partir do caso brasileiro é feita em Gaiger, Ferrarini e Veronese, 2015; a pertinência do conceito de economia social em nosso país é assunto de trabalhos de Serva e Andion (2004; 2006); as relações entre a economia solidária e o cooperativismo no Brasil são discutidas em Gaiger, 2013b.

passou a englobar conceitualmente aquelas atividades que apresentam uma primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, fato expresso na dinâmica interna dos empreendimentos na presença de critérios equitativos, por uma índole participativa e com base na socialização dos recursos produtivos e no trabalho cooperativo:

A solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação. Ao mesmo tempo, a solidariedade é estendida aos setores sociais expostos a maiores necessidades, principalmente via mobilização de trabalhadores desempregados e via serviços de atenção prestados a pessoas em desamparo. Graças à sua inserção social e comunitária, a economia solidária cumpre uma série de funções em domínios como saúde, educação e preservação ambiental. A solidariedade é ainda estimulada por meio do engajamento cidadão em questões de interesse comum (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 162).

Com respeito à origem dessas iniciativas, lê-se no mesmo trabalho:

Nos países periféricos, sempre subsistiram práticas econômicas escoradas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material subordina-se a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social. Sobretudo a partir da economia popular, ganharam forma experiências genuínas na América Latina, como alternativas para trabalhadores rurais e urbanos, indígenas e imigrantes que valorizaram as práticas autóctones de ajuda mútua e fizeram seu sentimento comunitário prevalecer contra a desordem introduzida pelo capital. Desde então, mesmo sob formas mitigadas, a cooperação permaneceu um elemento estruturante da vida econômica de parcelas expressivas da população. Na Europa, a extensão alcançada pela Economia Social reflete a importância atribuída ao primado das pessoas e de suas coletividades em face dos objetivos de acumulação econômica, do que resultou a constituição dos direitos cidadãos e o aprofundamento da democracia. Ao Sul e ao Norte, esse legado explica a amplitude da Economia Solidária e sua força de convergência entre experiências, demandas e expectativas de inúmeros segmentos sociais, com suas tradições de luta e de organização (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 163).

Por certo, os processos constitutivos da economia solidária não podem ser compreendidos fora do contexto em que emergem e se desenvolvem. No

Brasil, esse panorama social esteve caracterizado pela resistência ao modelo econômico e político concentrador de riqueza e pela proposição de formas alternativas de produção da vida material e social. A década de 1980 foi marcante com relação ao aumento do desemprego e à precarização das condições de vida e de trabalho de grande contingente da população, mas também por lutas pela redemocratização do país (SCHIOCHET, 2014). No campo econômico, setores populares começaram a se organizar em torno de experiências coletivas de geração de trabalho e renda, como forma de subsistência e de nova sociabilidade. Por outro lado, estudos constataram que, contrariamente a visões correntes, carências materiais eram insuficientes para a emergência de empreendimentos econômicos solidários; esses surgiam e, sobretudo, tendiam a sustentar-se quando dispunham de predisposições culturais prévias, vincadas em padrões de mutualidade e, do ponto de vista das lideranças, da partilha de valores alternativos e de ideais de transformação social (GAIGER, 2004).

Há, portanto, um substrato cultural e referências a formas de sociabilidade que impulsionam o protagonismo popular em questão. Identidades forjadas na trajetória de agricultores familiares, na solidariedade de classe ou na própria saga da recuperação falimentar de empresas por via da ação coletiva entraram em cena. Ademais, os empreendimentos econômicos solidários - ou EES, sigla usual - podem metabolizar de forma inovadora racionalidades diferentes, ancestrais, como no caso dos povos e comunidades tradicionais, em particular as cosmovisões indígenas e africanas ou aquelas de pescadores, extrativistas e outras categorias sociais identificadas gradativamente *com e pela* economia solidária⁵.

Pode-se acrescentar que os EES são criados com o amparo ou graças à iniciativa de agentes e organizações externas, mas somente persistem na medida do protagonismo de seus membros natos, movidos de certo modo por um empreendedorismo de necessidade (CIMADON, 2008), entendendo-se esse conceito não como uma ação individual, mas coletiva e socialmente enraizada (THORNTON, 1999). Seus ganhos não se restringem à dimensão econômica, pois a provisão da subsistência é inseparável de efeitos virtuosos, ex-

5 Conforme dados do segundo mapeamento nacional da economia solidária, integrantes de 11% dos EES pertenceriam majoritariamente a *povos e comunidades tradicionais*: povos indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas, caboclos e comunidades quilombolas ou de terreiro (GAIGER et al., 2014, pp. 63-64).

traeconômicos e sistêmicos da cooperação. Sob esse prisma, as experiências da economia solidária demonstram que o empreendedorismo depende de fatores contextuais cuja natureza é não somente econômica, mas igualmente política e ideológica. Empreender significa ter consciência de tais externalidades e lidar com elas, tirando proveito no sentido de afastar os elementos de risco e de carrear recursos para a organização (GAIGER; CORREA, 2010). Assim, conforme a literatura, políticas de apoio ao empreendedorismo dos pobres apresentam impacto muito mais rápido e sustentável quando articuladas a formas de organização social dos próprios empreendedores, nas quais esses atuam como sujeitos políticos. Isto implica a formação de uma identidade aglutinadora e a superação das estruturas sociais de dominação que pesam sobre os pobres (ABRAMOVAY et al., 2003). Desse ponto de vista, é necessário politizar o empreendedorismo, vendo-o como elemento de luta social que comporta dimensões emancipatórias.

A autonomia vislumbrada na economia solidária - valor que se relaciona fortemente ao da emancipação - pode ser compreendida em múltiplas dimensões da vida dos trabalhadores e na sociedade em geral, tais como: (1) econômica: pela possibilidade de o trabalhador prover sua própria renda e deter a propriedade coletiva do meio de produção; (2) sociopolítica: através da autogestão no interior dos empreendimentos e da articulação política em fóruns, movimentos e redes; (3) individual: devido aos vínculos sociais e afetivos que se criam entre os trabalhadores e que reconstróem redes de proteção primária capazes de reduzir situações de vulnerabilidade e mesmo de risco social dos indivíduos e suas famílias, propiciando o acesso a serviços e direitos, resgatando a autoestima e melhorando a qualidade de vida. Como exemplo, não raras vezes pesquisas qualitativas revelaram a realidade das mulheres que nos EES superaram a violência doméstica e de indivíduos que buscaram tratamentos de saúde, mitigaram ou venceram o sofrimento psíquico e recuperaram certa normalidade em sua vida cotidiana, dentre outros benefícios conquistados a partir do apoio coletivo. Tais evidências são expressões de modos de produzir e viver em que economia e relações sociais se integram (FERRARINI, 2016).

Por tais razões, além de despertar entusiasmo, a economia solidária foi sendo reconhecida como uma alternativa à canônica racionalidade econômica mercantil por seus fundamentos éticos e epistemológicos e pelo *modus operandi* pautado na autogestão e na busca por autonomia dos trabalhado-

res. Do ponto de vista das perspectivas de análise, apesar de ancorado na tradicional luta decorrente da divisão de classes sociais, o movimento social da economia solidária se distingue da luta operária por direitos no âmbito das relações entre capital e trabalho, propondo adicionalmente uma luta pelo trabalho autogestionário e emancipado e inserindo-o no debate dos novos movimentos sociais (GOHN, 2011). Em contrapartida, no contexto de emergência e fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil nos anos 1990, a economia solidária acrescentou a dimensão produtiva à luta social, visto que a condição de pobreza a que estão submetidas significativas parcelas da população torna a subsistência parte das práticas emancipatórias e dos processos educativos das classes populares.

A evolução desse campo de práticas, com suas singularidades, condicionou os olhares a seu respeito, sua avaliação e seus prognósticos. Deve-se a esse respeito considerar que a propulsão e a multiplicação de experiências ocorreram *pari passu* com a estruturação política do campo e de vários circuitos de emulação e intercâmbio de ideias. De modo progressivamente unificado, constituíram-se instâncias de debate, de mobilização social e de organização através de fóruns apoiados por entidades de fomento e entes públicos, do que redundou o movimento social de economia solidária, com seu ideário e sua plataforma de lutas⁶. Ao lado disso e de ampla articulação de organizações da sociedade civil, a economia solidária converteu-se em foco de políticas governamentais encetadas em estados e municípios, com propostas incorporadas em boa medida ao programa do Partido dos Trabalhadores e implementadas logo no início do primeiro governo Lula, em 2002 (DUBEUX, 2011).

A política pública de economia solidária buscou incorporar uma estrutura democrática semelhante àquela das políticas universais: representantes da economia solidária atuaram como decisores políticos através de espaços participativos geridos dos municípios até o plano federal. Com esse arranjo institucional lograram-se avanços consideráveis, tanto econômicos (recursos destinados) quanto políticos (participação cidadã e disputa, em alguma medida, por projeto de desenvolvimento no interior do governo). Apesar disso, não se conseguiu até o momento a constituição de um marco legal específico para a economia solidária, o que traz um conjunto de implicações

6 Conforme aludimos, o primeiro Fórum Social Mundial foi um importante marco para o encontro de lideranças. Nele, se deu a criação do GT Brasileiro de Economia Solidária, embrião do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, constituído em 2003.

para sua viabilidade econômica e sua legitimidade (KRUPPA et al., 2012; DA SILVA; SILVA, 2015). Ao reconhecer que nas últimas duas décadas foram implementadas políticas de economia solidária por administrações locais, estaduais e federal, é necessário também reconhecer que estas ações ainda não se institucionalizam como direitos (da sociedade) e deveres (do Estado), sendo políticas de governo e não políticas de Estado (SCHIOCHET, 2009)⁷.

Desta forma, a economia solidária no Brasil foi se constituindo, simultaneamente, como um conjunto de organizações econômicas referenciadas em princípios de cooperação e autogestão, um movimento social comprometido com a transformação social e articulado nacionalmente, e uma esfera de atuação do Estado, por meio de políticas públicas em diferentes escalas e níveis de abrangência. Por conseguinte, ela se mostra atualmente composta por uma miríade de atores socialmente distintos e politicamente interdependentes: trabalhadores, militantes de partidos políticos e de movimentos sociais, lideranças comunitárias, gestores públicos, ativistas da sociedade civil, universidades, simpatizantes e consumidores, dentre outros. O que se julga ou se vaticina a seu respeito depende da posição exercida por quem se pronuncia, sendo assim indispensável distinguir os discursos de afirmação política, ou francamente exortativos, dos balanços, avaliações e eventuais prognósticos com fins analíticos e compreensivos, antes do que preditivos. Como demonstraremos adiante, parcela das polêmicas teóricas em torno da economia solidária decorre dessas indistincões, senão de uma certa inconsciência quanto ao fato sociologicamente explicável de que os atores sociais empenhados na construção ideológica e política da economia solidária se valham seletivamente das elaborações intelectuais a seu ver de maior crédito para respaldarem suas tomadas de posição.

Um novo campo de estudos

Até fins dos anos 1990, as iniciativas de economia solidária passaram ao largo da produção acadêmica e dos temas centrais discutidos no âmbito das políticas públicas, seja devido a seu caráter presumivelmente circunstancial

7 Em agosto de 2017, após longa tramitação, o Projeto de Lei 4.685/2012, dispoendo sobre a política nacional de economia solidária e os EES, além de criar o Sistema Nacional de Economia Solidária, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara Federal.

e efêmero, seja devido a sua presença aparentemente alheia aos embates centrais dos movimentos populares, por conseguinte sem expressão na ótica de interpretação teórica e de atuação política preponderante. A persistência e a grande eclosão das experiências na década seguinte, de par com seu crescente reconhecimento pela esfera pública, modificaram esse quadro, chamando gradativamente a atenção de pesquisadores e acadêmicos. Em poucos anos, a produção científica cresceu e foi contemplada em instituições de referência nas ciências sociais, adquirindo maior densidade teórica e analítica.

Em 2009, no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ao lado de 91 grupos voltados ao cooperativismo, encontravam-se 92 grupos declinando atividades relacionadas à economia solidária, integrados por um volume expressivo de pesquisadores com produção qualificada, além de mestrandos e doutorandos. O gradativo e ainda crescente interesse pelo tema reflete-se em indicadores do mesmo diretório quando se acrescentam dados de 2010 (Tabela 1): o incremento da relação temática entre os grupos de pesquisa e a economia solidária, consideradas todas as áreas científicas, as ciências humanas e a sociologia, supera proporcionalmente o avanço de temas atinentes a cooperativas e ao cooperativismo, mais antigos na agenda de pesquisa:

Tabela 1 – Evolução do perfil temático dos Grupos de Pesquisa

Temas de indexação	2002	2006	2010
Economia Solidária	14	57	101
Grupos com Bolsistas de Produtividade	3	14	35
Grupos de Ciências Humanas	7	23	45
Grupos de Sociologia	2	10	18
Cooperativas / Cooperativismo	77	113	123
Com Bolsistas de Produtividade	22	47	59
Em Ciências Humanas	21	34	34
Em Sociologia	11	14	13

Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq, pesquisa em 09/08/2017)

Devido às suas múltiplas expressões, a economia solidária tem estimulado um diálogo profícuo em diversas áreas da sociologia (sociologia econômica, desenvolvimento, movimentos sociais, políticas públicas etc.), configurando atualmente um campo interdisciplinar de estudos que abrange a administração, psicologia social, serviço social e filosofia, dentre outras

disciplinas⁸. Um exemplo disso são as informações do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, que no período 1987-2016 registram 45.132 trabalhos com referências à economia solidária, dos quais apenas 7.010 situam-se nas ciências humanas e 1.199 na área de avaliação da sociologia. As cifras globais correspondentes cresceram ano a ano no período mais recente: 2.865 trabalhos em 2012; 2.953, em 2013; 3.123, em 2014; 3.383, em 2015; e 3.601, em 2016⁹.

Ao mesmo tempo, a economia solidária suscitou polêmicas entre atores sociais e controvérsias entre estudiosos, uns e outros atentos aos traços singulares e ao potencial transformador de tais práticas; os primeiros, buscando uma visão fundamentada, mas sobretudo convincente e unificada para granjear apoio a essa frente de mobilização ou, pelo contrário, para demover os espíritos diante do irrealismo e do erro político que significaria insistir nessa via; os segundos, ocupados em entender a gênese e as condições de desenvolvimento da economia solidária, suas forças e fraquezas, suas diferenças internas e seus possíveis desdobramentos. Somando-se ao contexto altamente politizado dos debates acadêmicos nas últimas décadas e à inevitável carga valorativa das escolhas teóricas (BOURDIEU, 1989), o intenso trânsito entre os diversos atores no interior do campo esmaeceu a distinção entre tarefas de análise e conhecimento e tarefas de defesa e intervenção. Como em ambos os planos o arcabouço de referência tem sido predominantemente o materialismo histórico e dialético, foram inicialmente questões de interpretação e de utilização desse marco teórico que motivaram críticas ora à idealização, ora ao ceticismo em relação à economia solidária. A defesa da economia solidária como uma alternativa ao capitalismo, para a qual concorreram críticas ao marxismo-leninismo, o descrédito das estratégias socialistas de ruptura revolucionária e um compreensível voluntarismo na busca de novas saídas concentraram os debates. Teses díspares conviveram lado a lado¹⁰ até que o próprio desenvolvimento da economia solidária, su-

8 Uma análise quantitativa a respeito, focalizando a produção brasileira em periódicos qualificados pelo sistema *Scielo*, destaca os principais autores, áreas de conhecimento e temáticas. Ver Araújo et al., 2017.

9 A indexação temática da CAPES abrange referências constantes no título, resumo, palavras-chave e resumo das teses e dissertações. Acesso via <http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=2164>, em 24/10/2017.

10 Do que encontramos exemplos em algumas publicações conjuntas, como Santos, 2002. Um dossiê temático publicado na Revista *Katálysis* (2008) ilustra algumas das posições litigantes. O empenho em reafirmar posições a partir de uma dada apreensão teórica do

cessivas pesquisas e gradativas revisões de pontos de vista, propiciadas por um diálogo político em boa medida favorecido pela equidistância do campo acadêmico, mitigaram as posições iniciais e permitiram o tratamento do tema a partir de questões de pesquisa, isto é, como mais um objeto científico.

Por conseguinte, se a empolgação inicial foi propícia a análises politicamente engajadas e com certo cariz teleológico frente aos vazios deixados pelo fim do socialismo real, o avanço dos estudos conduziu à percepção de implicações teórico-epistemológicas que ultrapassam as próprias perspectivas emancipatórias da modernidade e deixam visíveis tanto virtudes quanto limites das experiências da economia solidária. É visível atualmente o amadurecimento nos debates, fundamental para amparar uma visão partilhada das principais questões e perspectivas que envolvem o tema. Isto se torna particularmente significativo na medida em que a universidade teve papel impulsionador na legitimação desse campo empírico e por sua proximidade com instâncias do movimento social, da política pública e de formação, ensejando processos de retroalimentação entre teoria e prática.

O conhecimento da economia solidária passou a beneficiar-se de sua consideração também por círculos acadêmicos dedicados a temáticas preexistentes, como as relações de trabalho (LIMA, 2007; GEORGES; LEITE, 2012; LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015), a subjetividade (VERONESE, 2007; 2008), as tecnologias sociais (LIANZA; ADDOR, 2005) ou as políticas públicas (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006), entre várias outras. Ao mesmo tempo, foram produzindo-se revisões do estado da arte, seja para delinear correntes teóricas presentes no campo (LEITE, 2009; DOURADO, 2016), seja para identificar seu entrelaçamento com temas afins, seus conflitos e contradições internas (LIMA, 2012), seja ainda para esgrimir perspectivas conceituais e visões políticas conexas (PINHEIRO, 2013). A questão do potencial alternativo da economia solidária, por sua vez, tem motivado um retorno a questões teóricas fundamentais (CORAGGIO, 2009; GAIGER, 2016) e sucessivas elaborações, reconhecedoras, via de regra, do caráter aberto dos processos so-

marxismo, à revelia de referências empíricas apropriadas sobre a economia solidária, conduziu autores como Wellen (2008) e Souza (2008) a enveredar pela crítica genérica da economia solidária a partir de contraposições a apenas um dos seus defensores teóricos (e com base em alguns poucos textos seus). Não se reconhece o pensamento plural a respeito e aceita-se a premissa, idealista, de que as ideias, na sua correção ou torpeza, criam a realidade e, no caso, produzem a economia solidária em prejuízo das verdadeiras frentes de luta transformadora.

ciais contraditórios que se desenrolam sob as determinações dialeticamente totalizantes da acumulação capitalista (SCHMIDT; NOVAES, 2013)¹¹.

A economia solidária transita em eventos de referência de várias áreas científicas, além da SBS e da ANPOCS; entre eles, os congressos da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). Em caráter interdisciplinar, foi criada em 2005 a Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES), enquanto um ano antes se formava a Rede de Investigadores Latino-Americanos de Economia Social e Solidária (RILESS), numa colaboração entre universidades do Brasil, Argentina, Equador e México, em cuja alçada realizaram-se diversos eventos e manteve-se a revista eletrônica *Otra Economía* desde 2006. A inserção internacional dos pesquisadores brasileiros vinculados ao tema tem se dado principalmente nas conferências periódicas da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa (AILP), da *International Society for Third-Sector Research* (ISTR) da *EMES Research Network* e do *International Centre of Research and Information on the Public, Social and Cooperative Economy* (CIRIEC), além da colaboração permanente com o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, que fomenta o intercâmbio entre pós-graduandos e pesquisadores dessa área temática (Rede EcoSol/CES).

Algumas contribuições da sociologia brasileira

O interesse pelo tema foi retratado pela considerável afluência de trabalhos no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia em 2007, o que motivou a formação de um GT próprio direcionado à economia solidária a partir

11 Uma questão eminentemente interdisciplinar e conduzida em vários níveis: um balanço do estado da arte na área de administração, além de contabilizar uma produção bibliográfica considerável, registra a ênfase dada, especialmente por autores latino-americanos, à necessidade de abandonar uma concepção funcionalista e “neutra” da gestão e de desenvolvê-la, no caso da economia solidária, supondo “uma racionalidade capaz de considerar o mundo da vida e suas múltiplas inter-relações, os quais exigem uma ética própria”. Para o autor, “isso implica considerar o caráter multidimensional dos objetivos perseguidos por esses empreendimentos, compreendendo a própria eficiência baseada na primazia do trabalho sobre o capital” (PINHEIRO, 2016, p. 96).

de 2009¹². Vejamos sucintamente alguns tópicos em destaque no GT, assim como alguns dos seus desdobramentos para nossa agenda de pesquisa¹³.

Nas edições do Congresso - mais fortemente nas primeiras - predominaram trabalhos que discutiam a economia solidária não apenas como mais um tipo de organização econômica, mas como *outra* economia, não tanto no sentido de uma via substitutiva da lógica econômica capitalista, mas como elemento fulcral de novo paradigma de desenvolvimento. Em boa parte dos trabalhos decorrentes de pesquisa empírica, tratava-se de entender como os EES sobreviveriam em mercados competitivos, porém sob uma lógica distinta da mercantil. Embora contribuições teórico-epistemológicas não tenham sido muito frequentes na trajetória do GT, a questão da alternatividade a partir do terreno econômico alcançou outras esferas e dimensões, gerando interesse por aportes sobre a pluralidade econômica (HILLENKAMP; LAVILLE, 2016) e as relações entre a economia e as estruturas sociais (GRANOVETTER, 1985). Karl Polanyi sustenta que a economia foi tomada como sinônimo de economia de mercado na modernidade, reduzindo-se a mesma ao princípio do intercâmbio. Contudo, os sistemas sociais historicamente se singularizam pelo modo como instituíram outras formas de produção e de circulação material, com base na instituição de outros princípios, como a reciprocidade, a redistribuição e a domesticidade (POLANYI, 2012). Sucintamente, essa é a perspectiva de base em que alguns trabalhos têm sido apresentados, com alto potencial de crescimento à medida que a aplicação de tais pressupostos à economia solidária (GAIGER, 2016) e a temas conexos (VINHA, 2003) seja demonstrada.

Noutra senda, os temas da descolonialidade (QUIJANO, 2005) e das epistemologias do Sul (SANTOS; MENESES, 2009) começaram a perpassar os debates, em especial em sua articulação com maior reconhecimento das raízes ancestrais da economia solidária na América Latina, para além da sua percepção como fenômeno social nas décadas de 1980 e 1990. Estudos com esse enfoque também são pertinentes diante das especificidades que as alternativas econômicas solidárias e associativas latino-americanas aportam ao debate global propiciado por pesquisas comparativas e publicações

12 Cujo título “Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva” contempla a forma como esse campo é compreendido internacionalmente e indica questões e áreas temáticas conexas.

13 Um balanço anterior da agenda de pesquisa encontra-se em Gaiger, 2012.

internacionais. Ademais, cabe ressaltar a importância de o Sul falar por si mesmo, de si mesmo e para si mesmo, dotando-se de referências teóricas e metodológicas próprias.

Em virtude da dinâmica da economia solidária, temáticas transversais têm sido recorrentes. É o caso das questões de gênero, dada a forte presença de mulheres na maior parte dos EES e movimentos sociais correlatos. Evidencia-se um protagonismo político e um empoderamento das mulheres através da obtenção da renda e da participação política, interna e externa aos empreendimentos¹⁴. Outro campo de análise é a articulação entre política social e alternativas econômicas visando à superação da pobreza. Nesse eixo, há uma evolução da concepção tradicional da política social como subordinada à econômica, à primazia das políticas sociais por seus efeitos sobre o crescimento econômico e a distribuição da riqueza, ou ainda a perspectivas de desenvolvimento social centrado nas pessoas (MKANDAWIRE, 2001; DRAIBE; RIESCO, 2011; FERRARINI, 2016).

A sustentabilidade é outro exemplo, questão cada vez mais cara à ciência em geral em razão do agravamento dos problemas socioambientais em âmbito global. Segundo trabalhos trazidos ao GT, os EES não apenas tendem a interiorizar custos sociais e ambientais, como também geram benefícios externos. Não sem razão, trabalhos sobre agricultura orgânica e sobre os EES de catadores de resíduos sólidos têm sido frequentes na SBS e em congressos similares, como os da ABET. Já o tema da formação, igualmente onipresente e com acento particular na incubação dos EES, tem dado ênfase às intervenções político-pedagógicas orientadas por princípios e métodos da educação popular. A disseminação da economia solidária trouxe novos desafios de formação, tais como: a) crescentes e complexas demandas dos trabalhadores por qualificação do ponto de vista técnico-gerencial e educativo; b) necessidade de reflexão e de produção teórico-metodológica sobre a formação e a assistência técnica; c) articulação com outras políticas setoriais (BRASIL, 2006).

Discussões sobre o marco legal e as formas jurídicas assumidas pela economia solidária são também constantes. Num extremo, têm-se as cooperativas e o cooperativismo, um fenômeno histórico que encontra espaço na so-

14 Um estudo recente demonstrou que um aumento maior da renda percebida nos EES ocorre naqueles segmentos com maior desvantagem social, como mulheres com baixa escolaridade, não brancas e do meio rural (KUYVEN, 2016).

ciologia e no diálogo com ideias e experiências da economia solidária. Noutro extremo, dada a informalidade reinante na maior parte dos EES (GAIGER et al., 2014), a questão legal conduz problematização do desencontro entre as situações *de jure* e *de facto*. Essa peculiaridade da economia solidária em países latino-americanos é tema recorrente também em congressos internacionais e envolve controvérsias importantes. Ela não pode ser reduzida à perda ou ausência de direitos, pois em contextos de desigualdade torna-se por via tortuosa uma condição do empreendedorismo associativo e do acesso a recursos e serviços, como o acionamento de redes primárias de proteção social diante da flagrante ausência de serviços e de assistência pública (CARDOSO, 2016; HILLENKAMP et al., 2013).

A conversão da economia solidária em foco da ação pública tem motivado uma agenda de pesquisa permanente. No âmbito do GT, a ênfase tem sido dada aos arranjos participativos que diferenciaram as políticas desde sua implementação e à análise de políticas municipais. Debates em torno da autonomia do movimento, de processos de cooptação de lideranças ou de processos participativos encontram nas políticas de economia solidária um terreno fértil (SILVA; OLIVEIRA, 2011)¹⁵. Destacam-se ainda as experiências ligadas ao desenvolvimento local e à organização comunitária, dada a forte articulação dos EES com seu entorno. Outras questões dizem respeito ao processo de institucionalização das políticas de economia solidária e sua articulação com outras políticas setoriais, em particular com as políticas sociais e de promoção do desenvolvimento (territorial, agrário, sustentável etc.)¹⁶.

Neste período de indiscutível fragilização das políticas sociais e de direitos, análises dos avanços, vulnerabilidades e desafios mostram-se fundamentais para a construção de melhores cenários futuros. Por um lado, a permanência da economia solidária, mesmo com seus rebaixamentos políti-

15 Uma Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, composta por gestores militantes e vários acadêmicos que assumiram funções de direção e coordenação de políticas, tem constituído um espaço importante de reflexão e sistematização da experiência brasileira.

16 De outra parte, a luta por reconhecimento político e por recursos públicos capazes de atender demandas historicamente reprimidas pode ter levado a economia solidária a certo fechamento em si mesma, com vistas à priorização de suas pautas e pelo receio de perder a legitimidade institucional duramente conquistada. Talvez, se articulações intersetoriais propostas, por exemplo, por parte da assistência social, saúde mental e trabalho, tivessem recebido maior acolhimento por parte dos fóruns paritários, a política de economia solidária teria tido maior sustentação frente aos recentes abalos sofridos por ocasião do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e da abrupta mudança de orientação do governo.

cos e institucionais, desafia a reflexão sobre a relação da economia solidária com governos e políticas de corte mais liberal e conservador. Por outro lado, em que pese a importância histórica da SENAES, a relação da economia solidária com o Estado é mais ampla e complexa, pois também diz respeito a experiências presentes em muitas unidades da federação, municípios, parlamentos e conselhos. Fica assim aberto mais um campo de investigação próprio à sociologia do desenvolvimento, procurando articular a economia solidária e suas formas alternativas de organização com processos de desenvolvimento locais, territoriais e comunitários (GODOY, 2014; SOUZA, 2012; CUNHA, 2011).

De modo mais geral, o GT recebeu historicamente uma afluência de trabalhos que buscavam desvendar uma série de fenômenos, muitos deles ligados à dinâmica dos EES. Entre eles, o processo de subjetivação das relações solidárias, o processo de liderança autogestionária, a eficiência multidimensional ou sistêmica dos empreendimentos e os métodos de gestão. Quais são as possibilidades e limites de ruptura com o *modus operandi* e, principalmente, com a racionalidade econômica dominante? Faz sentido crescer e disputar recursos com as empresas mercantis, ou isso descaracterizaria o próprio *ethos* da economia solidária e comprometeria seu caráter diferencial?

Metodologicamente, a predominância inicial de estudos qualitativos - fundamentais para a exploração de uma realidade empírica emergente - coadunou-se progressivamente com a oferta de bases estatísticas sobre a economia solidária, por via dos mapeamentos nacionais. Tais bases, em conjunto com outras estatísticas, retiram limitações próprias aos estudos de caso, permitindo avaliar o peso e a significância das iniciativas solidárias através de abordagens complementares (GAIGER et al., 2014; KUYVEN, 2016). A combinação de métodos e técnicas favoreceria o exame de questões insuficientemente exploradas, como a eficiência dos EES e o seu perfil de desempenho, a partir de indicadores apropriados. A proposição de tipologias constitui outra tarefa importante, como meio de diferenciar situações e subsidiar políticas de apoio e fomento compatíveis com as necessidades dos trabalhadores que empreendem, a despeito das condições adversas.

Por fim, seria oportuno considerar a introdução de novos temas e objetos de investigação, pertinentes à problemática das alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Neste sentido, observam-se novidades

que merecem atenção, como experiências de inovação social (casas colaborativas, *living labs*), novas concepções e práticas de economia não capitalista (economia criativa, compartilhada etc.) ou perspectivas que põem em xeque a própria ideia de desenvolvimento (decrescimento, *buenvivir* etc.).

Considerações finais

No Brasil, a produção científica sobre a economia solidária cresceu e ensejou a criação de grupos de pesquisa e espaços de debate, compartilhamento e articulação do conhecimento produzido. Neste sentido, o papel da SBS tem sido relevante para a troca e difusão de experiências e conhecimentos, mas também como um espaço de encontro de pesquisadores e de formação de redes. Estudos descoloniais, racionalidades econômicas, sustentabilidade, articulação entre conceitos e práticas ao Norte e ao Sul, dentre outros tópicos da atualidade, bem como experiências emergentes que integram o campo das alternativas sociais no Brasil e no mundo, compõem futuras perspectivas de investigação e teorização.

Seria justo dizer que a autonomia alcançada pela esfera econômica na modernidade está na raiz dos problemas sociais e ambientais de nosso tempo, amplamente discutidos pela sociologia. Também as alternativas de superação desses problemas requerem concepções e práticas novas e plurais, capazes de reintegrar economia e sociedade. A economia solidária congrega temas relevantes para dilemas contemporâneos já inquiridos pela sociologia, como o aumento da desigualdade global, a degradação ambiental, a crescente desregulamentação do trabalho, as novas pautas de emancipação social, as questões de gênero, os novos movimentos sociais e as políticas públicas.

De mais a mais, a atual conjuntura brasileira requer que a sociologia se debruce sobre a riqueza de iniciativas empreendidas nos mais variados contextos, para que não se perca a riqueza da experiência das últimas décadas sob o véu da razão indolente (SANTOS, 2000). Cabe indagar suas possibilidades emancipatórias e de integração a agendas acadêmicas e sociais comuns, com vistas à redução das desigualdades e à construção de novas possibilidades de desenvolvimento, com justiça e democracia.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo et al. (2003), *Mercados do empreendedorismo de pequeno porte*. 1. ed. Brasília: CEPAL.
- ARAÚJO, Alcione et al. (2017), A bibliometric analysis of the Scielo database: a Brazilian portfolio of the solidarity economy. *Scientometrics*, v. 112, n. 1, online.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. 7. ed. Lisboa: DIFEL.
- BRASIL. (2006), *Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília: SENAES/MTE.
- CARDOSO, Adalberto. (2016), “Informality and public policies to overcome it. The case of Brazil”. *Sociologia & Antropologia*, v. 6, n. 2, pp. 321-349.
- CÁRITAS. (1995), *Sobrevivência e cidadania; avaliação qualitativa dos projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira*. 1. ed. Brasília: UnB.
- CATTANI, Antonio; HESPANHA, Pedro; GAIGER, Luiz; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). (2009), *Dicionário internacional da outra economia*. 1. ed. Coimbra: Almedina.
- CIMADON, José. (2008), *Empreendedorismo em empresas criadas por necessidade*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.
- CORAGGIO, José (Org.). (2009), *¿Que és lo económico? Materiales para un debate necesario contra el fatalismo*. 1. ed. Buenos Aires: Ciccus.
- CUNHA, Gabriela. (2011), *Outras políticas para outras economias*. Contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010). Tese de Doutorado em Sociologia. Brasília: UnB.
- DA SILVA, Regilane; SILVA, Sandro. (2015), Em busca de um marco legal para a economia solidária no Brasil: análise da trajetória do PL 4.685/2012. *Mercado de Trabalho (IPEA)*, n. 58, pp. 91-100.
- DOURADO, Ivan. (2016), *Economia solidária e antropologia econômica*. Etnografias da solidariedade brasileira. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi.
- DRAIBE, Sonia; RIESCO, Manuel. (2011), Estado de Bem-Estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: Um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias*, v. 13, n. 27, pp. 220-254.
- DUBEUX, Ana et al. (2011), Estudio de casos brasileños. La dinámica de relaciones entre los foros de economía solidaria y las políticas públicas para la economía solidaria en Brasil. In: *Foro Internacional sobre la Economía Social y Solidaria – FIESS, 2011*, . Montréal, Chantier de l'Économie Sociale. pp. 39-58.

FARIA, Mauricio. (2001), *Autogestão, cooperativa, economia solidária*. Avatares do trabalho e do capital. 1. ed. Florianópolis: Editora em Debate.

FERRARINI, Adriane. (2016), Inclusão produtiva na política de assistência social: *workfare* à brasileira ou ampliação de direitos? In: 40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2016, Caxambu. *Anais...* online. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st24-5/10388-inclusao-productiva-na-politica-de-assistencia-social-workfare-a-brasileira-ou-ampliacao-de-direitos/file>. Acesso em: 23 dez. 2017.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). (2006), *Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. 1. ed. Salvador: UFBA; Porto Alegre: UFRGS.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). (1993), *Educação comunitária e economia popular* (Coleção Questões da Nossa Época, nº 25). 4. ed. São Paulo: Cortez.

GAIGER, Luiz (Org.). (2004), *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS.

GAIGER, Luiz. (2012), “Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária”, *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, pp. 313-335.

GAIGER, Luiz. (2013a), Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da economia solidária. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 73, pp. 5-20.

GAIGER, Luiz. (2013b), A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 82, pp. 211-228.

GAIGER, Luiz. (2014), “Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a Economia Solidária”. *Otra Economía*, v. 8, n. 14, pp. 99-111.

GAIGER, Luiz. (2016), *A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade*. Coleção Ecosol. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos.

GAIGER, Luiz; LAVILLE, Jean-Louis. (2009), “Economia solidária”. In: CAT-TANI, Antonio; HESPANHA, Pedro; GAIGER, Luiz; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina. pp. 162-168.

GAIGER, Luiz; CORREA, Andressa. (2010), O microempreendedorismo em questão: elementos para um modelo alternativo. *Política & Sociedade*, v. 9, n. 17, pp. 205-230.

GAIGER, Luiz et al. (2014), *A economia solidária no Brasil*. Uma análise de dados nacionais. 1. ed. São Leopoldo: Oikos.

GAIGER, Luiz; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. (2015), Social enterprises in Brazil: an overview of solidarity economy enterprises. *ICSEM Working Papers*, n. 10, online. Disponível em: <https://www.iap-socent.be/si>

tes/default/files/Brazil%20-%20Gaiger%20et%20al.pdf. Acesso em: 22 dez. 2017.

GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia (Org.). (2012), *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. 1. ed. São Paulo: Annablume.

GODOY, Tatiane. (2014), “Economia solidária e território: produção de espaços democráticos e participativos”. *Otra Economía*, v. 8, n. 15, pp. 260-267.

GOHN, Maria da Glória. (2011), “Movimentos sociais na contemporaneidade”. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, pp. 333-361.

GRANOVETTER, Mark. (1985), “Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness”. *The American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, pp. 481-510.

HILLENKAMP, Isabelle; LAPEYRE, Frédéric; LEMAITRE, Andreia (Ed.). (2013), *Securing Livelihoods. Informal Economy Practices and Institutions*. 1. ed. Oxford: University of Oxford.

HILLENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean-Louis. (2016), *Socioeconomia e democracia: a atualidade de Karl Polanyi*. 1. ed. Porto Alegre: Escritos.

REVISTA KATÁLYSIS. (2008), *Economia solidária e autogestão* (Número Temático), v. 11, n. 1.

KRUPPA, Sonia et al. (2012), “Regime jurídico das cooperativas populares e empreendimentos em economia solidária” (Série Pensando o Direito, n. 46). 1. ed. Brasília: Ministério da Justiça.

KUYVEN, Patrícia. (2016), *Efeitos da economia solidária sobre a geração de renda e a redução da pobreza: um estudo de dados nacionais*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Leopoldo: Unisinos.

LECHAT, Nöelle. (2004), *Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/ Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

LEITE, Márcia. (2009), “A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, pp. 31-51.

LEITE, Marcia; ARAÚJO, Ângela; LIMA, Jacob (Org.). (2015), *O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação*. 1. ed. São Paulo: Annablume.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Org.). (2005), *Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS.

LIMA, Jacob. (Org.) (2007), *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. 1. ed. São Paulo: Annablume.

- LIMA, Jacob. (2012), “Cooperativas, trabalho associado, autogestão e Economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil”. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia. (Org.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume. pp. 195-221.
- MKANDAWIRE, Tandika. (2001), Social policy in a development context. Programme on Social Policy and Development, *Paper* n. 7. Geneva: UNRISD.
- NYSENS, Marthe; DEFOURNY, Jacques (Org.). (2017), *Économie sociale et solidaire. Socioéconomie du 3e secteur*. 1. ed. Louvain-la-Neuve: De Boeck Supérieur.
- PARREIRAS, Luiz. (2007), *Negócios solidários em cadeias produtivas*. 1. ed. Rio de Janeiro: IPEA/ANPEC.
- PINTO, João. (2006), *Economia solidária; de volta à arte da associação*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS.
- PINHEIRO, Daniel. (2013), “Economia Solidária: uma revisão teórica a partir dos seus ‘múltiplos’ conceitos”. *Revista NAU Social*, v. 3, n. 5, pp. 85-105.
- PINHEIRO, Daniel. (2016), “O estado da arte da produção científica em economia solidária”. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 8, n. 2, pp. 95-103.
- POLANYI, Karl. (2012), *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.
- QUIJANO, Anibal. (2005), “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO. pp. 227-278.
- RECH, Daniel. (1995), *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. 1. ed. Rio de Janeiro: FASE.
- SANTOS, Boaventura. (2000), *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência*. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática (v. 1). 1. ed. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Boaventura. (Org.) (2002), *Produzir para viver; os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Org.). (2009), *Epistemologias do Sul*. 1. ed. Coimbra: Almedina.
- SCHIOCHET, Valmor. (2009), “Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios”. *Boletim Mercado de Trabalho do IPEA*, n. 40, pp. 55-59.
- SCHIOCHET, Valmor. (2014), “Perfil económico y contribuciones a la economía, de los emprendimientos cooperativos y de la economía solidaria en

Brasil”. In: *La economía popular y solidaria el ser humano sobre el capital 2007 – 2013*. Quito: IEPS. pp. 175 -190. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/La%20economia%20Popular%20y%20Solidaria%20El%20Ser%20Humano%20Sobre%20el%20Capital-1.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2017.

SCHMIDT, Carlos; NOVAES, Henrique (Org.). (2013), *Economia solidária e transformação social*. Rumo a uma sociedade para além do capital? 1. ed. Porto Alegre: UFRGS.

SERVA, Maurício; ANDION, Carolina. (2004), “Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil”. CAYAPA - *Revista Venezolana de Economía Social*, v. 4, n. 7, pp. 7-24.

SERVA, Maurício; ANDION, Carolina. (2006), Uma delimitação do campo da economia social no Brasil: história, correntes e atores. In: 30º ENCONTRO DA ANPAD, 2006, Salvador. *Anais...* Online. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3521_pt.html. Acesso em: 22 dez. 2017.

SILVA, Marcelo; OLIVEIRA, Gerson. (2011), “A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul”. *Sociologias*, v. 28, n. 13, pp. 86-124.

SINGER, Paul; SOUZA, André (Org.). (2000), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 1. ed. São Paulo: Contexto.

SOUZA, Armando. (2012), “Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial”. *Boletim Mercado de Trabalho do IPEA*, n. 52, pp. 53-60.

SOUZA, Daniela. (2008), “Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária”. *Katálysis*, v. 11, n. 1, pp. 53-60.

THORNTON, Patricia. (1999), The Sociology of Entrepreneurship. *Annual Review of Sociology*, n. 25, pp. 19-46.

VERONESE, Marília (Org.). (2007), *Economía solidaria y subjetividad*. 1. ed. Buenos Aires: Altamira.

VERONESE, Marília. (2008), *Psicologia social e economia solidária*. 1. ed. Aparecida: Ideias & Letras.

VINHA, Valéria. (2003), “Polanyi e a nova sociologia econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social”. *Econômica*, v. 3, n. 2, pp. 207-230.

WELLEN, Henrique. (2008), “Contribuição à crítica da ‘economia solidária’”. *Katálysis*, v. 11, n. 1, pp. 105-115.